

ENTREVISTA A BERNARD LAHIRE

Para uma renovação da sociologia, com foco nas estruturas fundamentais das sociedades humanas

António Firmino da Costa

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte), Lisboa, Portugal

João Teixeira Lopes

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (ISUP), Porto, Portugal

Resumo Bernard Lahire, sociólogo francês de elevada craveira e reputação internacional, tem vindo a trazer para a sociologia sucessivos notáveis avanços de conhecimento e propostas inovadoras de grande interesse científico. Nesta entrevista, aborda algumas das traves mestras de um novo programa de renovação da sociologia que tem vindo a desenvolver, ancorado numa perspetiva epistemológica de realismo científico e focado na investigação das estruturas fundamentais das sociedades humanas. É uma abordagem de grande fôlego teórico e enorme abrangência interdisciplinar, mobilizando a comparação intersociedades e interespécies, e alargando o horizonte cognitivo ao que chama “ciências sociais do vivo”. Deste modo, a sociologia pode não se ficar apenas pela narrativa de “variações” sócio-culturais e históricas, mas também identificar “invariantes” sociais, nomeadamente condensadas em leis sociais gerais. Abre-se também, assim, a possibilidade de elevar, decisivamente, a cientificidade da sociologia.

Palavras-chave: estruturas fundamentais, invariantes sociais, leis sociais, método comparativo, realismo científico, ciências sociais do vivo.

Interview with Bernard Lahire: towards a renewal of sociology, centered on the fundamental structures of human societies

Abstract Bernard Lahire, a highly regarded French sociologist of international renown, has made a series of remarkable advances in sociology and put forward innovative proposals of great scientific interest. In this interview, he discusses some of the cornerstones of a new programme for the renewal of sociology that he has been developing, grounded in an epistemological perspective of scientific realism and centered on researching the fundamental structures of human societies. It is an approach with a broad theoretical scope and a wide interdisciplinary reach, drawing on comparisons between societies and between species, and broadening the cognitive horizon to what the author calls the “social sciences of the living”. In this way, sociology can go beyond merely describing socio-cultural and historical “variations” to also identify social “invariants”, namely those condensed into general social laws. This also opens up the possibility of decisively raising the scientific status of sociology.

Keywords: fundamental structures, social invariants, social laws, comparative method, scientific realism, social sciences of the living.

Entretien avec Bernard Lahire: pour un renouveau de la sociologie, axé sur les structures fondamentales des sociétés humaines

Resumé Bernard Lahire, sociologue français de grande renommée et de réputation internationale, a apporté à la sociologie de nombreuses avancées remarquables en matière de connaissances et des propositions innovantes d’un grand intérêt scientifique. Dans cet entretien, il revient sur certains des axes principaux d’un nouveau programme de rénovation de la sociologie qu’il développe actuellement, ancré dans une perspective épistémologique de réalisme scientifique et axé sur l’étude des structures fondamentales des sociétés humaines. Il s’agit d’une approche théorique ambitieuse et d’une grande portée interdisciplinaire, qui mobilise la

comparaison entre sociétés et entre espèces, et élargit l'horizon cognitif à ce qu'il appelle les "sciences sociales du vivant". Ainsi, la sociologie ne se limite pas à la narration des "variations" socioculturelles et historiques, mais identifie également les "invariants" sociaux, notamment condensés dans des lois sociales générales. Cela ouvre également la possibilité d'élever de manière décisive le caractère scientifique de la sociologie.

Mots-clés: structures fondamentales, invariants sociaux, lois sociales, méthode comparative, réalisme scientifique, sciences sociales du vivant.

Entrevista a Bernard Lahire: hacia una renovación de la sociología, centrada en las estructuras fundamentales de las sociedades humanas

Resumen Bernard Lahire, sociólogo francés de gran prestigio y reputación internacional, ha aportado a la sociología sucesivos avances notables en el conocimiento y propuestas innovadoras de gran interés científico. En esta entrevista, aborda algunos de los pilares fundamentales de un nuevo programa de renovación de la sociología que ha venido desarrollando, basado en una perspectiva epistemológica de realismo científico y centrado en la investigación de las estructuras fundamentales de las sociedades humanas. Es un enfoque de gran alcance teórico y enorme cobertura interdisciplinaria, que moviliza la comparación entre sociedades y entre especies, y amplía el horizonte cognitivo a lo que denomina "ciencias sociales de lo vivo". De este modo, la sociología no se limita a la narrativa de las "variaciones" socioculturales e históricas, sino que también identifica "invariantes" sociales, condensadas en leyes sociales generales. Esto abre también la posibilidad de elevar de manera decisiva el carácter científico de la sociología.

Palabras-clave: estructuras fundamentales, invariantes sociales, leyes sociales, método comparativo, realismo científico, ciencias sociales de lo vivo.

Apresentação

Esta entrevista surgiu a propósito de duas obras recentes de Bernard Lahire, que vieram recolocar, de forma surpreendente, os horizontes científicos da sociologia. A primeira é *As Estruturas Fundamentais das Sociedades Humanas* [*Les structures fondamentales des sociétés humaines*, 2023], um livro impressionante e desafiante, com potencialidades de se tornar um marco de referência no avanço das ciências sociais contemporâneas. Apresenta um programa ambicioso para a renovação da sociologia, procurando trazer-lhe maior cientificidade, cumulatividade, abrangência e interdisciplinaridade; e, deste modo, alcançar novos tipos de avanço no conhecimento das sociedades, tomando como foco as estruturas fundamentais das sociedades humanas.

No prosseguimento do mesmo fio condutor, o autor publicou pouco depois um outro livro, mais sintético e complementar, *Para Uma Ciência Social do Vivo* [*Vers une science sociale du vivant*, 2025]. Nele procura esclarecer algumas das questões principais que o primeiro tinha colocado e avança elementos adicionais da sua proposta de uma conceção abrangente e integradora das "ciências sociais do vivo".

O ponto de partida desta abordagem, em *As Estruturas Fundamentais das Sociedades Humanas*, é a constatação de algumas tendências fortemente limitadoras verificadas na sociologia ao longo das últimas décadas: multiplicação de pesquisas com objetos de estudo muito circunscritos e dispersos; poucos esforços para, partindo desses estudos particulares e da sua comparação, produzir conhecimento mais agregado e de nível mais fundamental; dar apenas atenção analítica às "variações", não

procurando também identificar “invariantes” sociais; a rejeição ou o evitamento de explicações causais e do conhecimento sociológico condensado em leis sociais; entendimento, explícito ou implícito, de que as realidades sociais seriam sobretudo discursivas (ou, mesmo, só discursivas); tendência a confundir o social e o cultural; tendência a omitir a dimensão biológica das sociedades humanas, nas suas conexões com a dimensão social.

Colocando a questão de outro modo: sem comparação alargada; sem explicações causais; sem síntese de conhecimento acumulado e condensado em leis sociais; sem distinção concetual entre o social e o cultural; sem análise das conexões entre as dimensões sociais e as dimensões biológicas das sociedades humanas – dificilmente poderá elevar-se o grau de cientificidade da sociologia.

Perante estas tendências limitadoras, Bernard Lahire propõe uma renovação da sociologia com objetivos tão atraentes quanto exigentes. Não menospreza o que a sociologia tem feito até agora. Pelo contrário, retoma um leque vastíssimo de referências clássicas e contemporâneas (teorias e pesquisas), procurando convergências produtivas. Contudo, convoca também um leque muito mais amplo de contribuições interdisciplinares, nomeadamente: sociologia, antropologia, história, paleoantropologia, pré-história, arqueologia, etologia, ciências cognitivas, psicologia, biologia evolutiva. Sublinha a importância dos *estudos de síntese*, convocando a comparação alargada sobre unidades sociais muito diversas, suscitando análises comparativas “intersociedades” e “interespécies”. E, decididamente, analisa não só “variações”, mas procura também – e sobretudo – identificar “invariantes sociais”.

Nesse sentido, em *As Estruturas Fundamentais das Sociedades Humanas*, propõe uma conceptualização elaborada de invariantes estruturais das sociedades humanas, invariantes esses sistematizados em *grandes factos antropológicos, linhas de força* histórico-culturais e *leis sociais gerais*.

Os *grandes factos antropológicos* situam-se entre as propriedades biológicas e as propriedades sociais genéricas. Podem variar, quando muito, na muito longa duração da história evolutiva da espécie humana. Entre outros aspetos relevantes para as relações que nesta se estabelecem entre o biológico e o social, o autor chama particularmente a atenção para a importância da *altricialidade secundária*: o desenvolvimento extra-uterino das crianças humanas, que é particularmente longo, requerendo cuidados parentais ou alopais parentais constantes durante um período de dependência muito prolongado. As consequências sociais são múltiplas e decisivas, examinadas profusamente ao longo da obra. O autor avança ainda mais a este respeito: “uma grande parte da estrutura e do desenvolvimento das sociedades humanas só se pode compreender a partir do *modo de reprodução* (no duplo sentido de *reprodução biológica e cultural*) e de *desenvolvimento ontogenético* da espécie, designadamente da situação de *altricialidade secundária* (...), prolongada por uma *altricialidade terciária*, ou mesmo por uma *altricialidade permanente*, remetendo para capacidades de aprendizagem ao longo da vida e para a dependência permanente relativamente a outros membros do grupo social e da sua cultura acumulada [...]” (Lahire, 2023: 44).

As *linhas de força* são componentes sociais relativamente invariantes, mas nelas vão-se entrelaçando, historicamente, modalidades culturais variáveis. As principais

linhas de força sociais incluem: a dos modos de produção, a das relações de parentesco, a das relações homens-mulheres, a dos modos de socialização e transmissão cultural, a da produção de artefactos, a da expressividade simbólica, a dos ritos e instituições, a das relações de dominação, a do mágico-religioso e a da diferenciação social. Estruturam o conjunto das sociedades humanas e, ao mesmo tempo, pelas variações culturais que nelas se entrelaçam, são também eixos de desenvolvimento histórico das sociedades.

As leis sociais gerais, formuladas e examinadas em *As Estruturas Fundamentais das Sociedades Humanas*, apresentam-se como proposições teóricas expressando princípios que presidem a uma série de regularidades sociais descritas empiricamente e observadas de forma independente entre si. Bernard Lahire enuncia e elabora um feixe vasto de leis sociais gerais: lei da conservação-reprodução-extensão; lei do desfaseamento cultural entre “transmissor” e “receptor”, ou entre disposições e contexto de ação ou recepção; lei do crescimento demográfico tendencial; lei da diferenciação social; lei da sucessão hierárquica ou da prevalência do anterior; lei Marx (1) da objetivação acumulada; lei da conexão-combinação-síntese de diferentes produtos objetivados ou incorporados; lei da convencionalização e da abstração progressiva dos meios de representação do real; lei Tarde da imitação; lei da variabilidade intergrupala, interindividual e intraindividual das condutas humanas; lei Marx (2) da luta entre grupos ou indivíduos; leis Alexander Bain do funcionamento do pensamento e da ação humana – associação por contraste, associação por contiguidade e associação analógica; lei da relação nós/eles e da preferência dada ao “nós”, ou lei da atração dos semelhantes; lei Westermarck da atração sexual dos fisicamente distantes; lei do isomorfismo dos domínios.

Estas leis gerais são basicamente *leis de funcionamento social* e *leis de desenvolvimento social* – e ainda leis que combinam estas duas características. Em geral, não surgem à observação imediata, mas precisam da identificação e análise de mecanismos sociais subjacentes. São invariantes próprias às sociedades humanas, formando também o pano de fundo das diversas manifestações histórico-culturais singulares.

Em conjunto, as *estruturas fundamentais* das sociedades humanas combinam grandes factos antropológicos, linhas de força e leis sociais, que se entrecruzam na constituição de *factos singulares* diretamente observados. Como diz Bernard Lahire, “tentar compreender as variações sem procurar compreender o que não varia, é não só perder a possibilidade de conhecer as grandes constantes estruturais subjacentes à multiplicidade das manifestações históricas, mas também perder a possibilidade de descobrir os princípios ou os motores dessas variações – e, mais cedo ou mais tarde, ter alguma probabilidade de agir sobre elas eficazmente” (Lahire, 2025: 214).

*

Sociólogo francês de elevada craveira e reputação internacional, professor de sociologia da Escola Normal Superior de Lyon e diretor da equipa Disposições, poderes, culturas, socializações do Centro Max Weber (CNRS), Bernard Lahire é bem conhecido pela comunidade sociológica portuguesa. Tem vindo a Portugal, de

modo repetido, nomeadamente quer ao Iscte – Instituto Universitário de Lisboa e ao seu Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte), quer à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e ao seu Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (ISUP), proferindo várias conferências, participando como consultor de um projeto de investigação (Costa, Lopes e Caetano, 2014) e publicando dois artigos em *Sociologia, Problemas e Práticas* (Lahire, 2005b, 2008) – para além de outros textos publicados em língua portuguesa noutras entidades universitárias e editoriais em Portugal e no Brasil. Os seus contributos para o conhecimento sociológico – teóricos e de pesquisa – têm sido tomados como referência, no país, por numerosos investigadores, professores e estudantes de sociologia (Lopes, 2012).

Os promotores desta entrevista, tendo tido a oportunidade de conhecer Bernard Lahire desde há muito e de ter vindo a acompanhar os seus sucessivos desenvolvimentos sociológicos, entenderam ser interessante proporcionar à comunidade sociológica portuguesa um contacto plurifacetado com os novos desenvolvimentos marcantes por ele trazidos em *As Estruturas Fundamentais das Sociedades Humanas* (2023) e *Para Uma Ciência Social do Vivo* (2025).

Nesse sentido, organizaram no Iscte, no âmbito do seu Doutoramento em Sociologia e do CIES-Iscte, em maio de 2025, um seminário em que apresentaram e debateram estas duas obras recentes de Bernard Lahire. Seguiu-se uma conferência proferida pelo próprio sociólogo e autor, realizada na Faculdades de Letras da Universidade do Porto, em outubro de 2025, acompanhada pouco depois por uma pequena publicação sobre os temas nela abordados, *Homo Socius e as Leis das Sociedades Humanas* (Lahire, 2026), editada pela FLUP e ISUP.

Além disso, propuseram-lhe a realização de duas entrevistas, a que ele se dispôs prontamente, abordando tópicos centrais destas suas novas propostas para a sociologia e respondendo a questões suscitadas por elas. As duas entrevistas são complementares – esta aqui publicada, em *Sociologia, Problemas e Práticas*, e outra publicada em *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* (Lopes e Costa, 2025).

*

Entrevista

António Firmino da Costa e João Teixeira Lopes – A respeito destes teus dois livros recentes – *As Estruturas Fundamentais das Sociedades Humanas* (2023) e *Para Uma Ciência Social do Vivo* (2025) – tem surgido uma dúvida entre alguns sociólogos portugueses. Muitos deles conhecem a tua obra anterior e têm aderido às tuas conceções e propostas inovadoras, nomeadamente sobre uma “sociologia à escala individual”. Alguns ficaram agora também muito interessados nestas tuas obras recentes e nas tuas novas contribuições teóricas e analíticas sobre as “estruturas fundamentais das sociedades humanas”, e têm-nas entendido como alargamento de horizontes e avanços adicionais, consistentes e complementares com as tuas conceções anteriores. Outros, porém, ficaram um pouco perplexos com as perspetivas trazidas por estes teus

novos livros, que colocam o foco nos “grandes factos antropológicos”, nas “linhas de força” e nas “leis gerais” das sociedades humanas. Serão de sentido oposto ao das tuas obras anteriores, podendo traduzir uma alteração de fundamentos epistemológicos, teóricos e analíticos? Podes explicar-nos um pouco as tuas ideias a este respeito? Houve uma mudança de orientação epistemológica, teórica e analítica da tua parte, ou trata-se de novos avanços consistentes e complementares com os anteriores?

Bernard Lahire – Não é simples. Há simultaneamente mudança e continuidade. Devo, com efeito, uma parte do meu reconhecimento científico aos meus trabalhos sociológicos à escala individual. Trabalhei cronologicamente sobre casos estatisticamente atípicos de sucesso escolar em meios populares (Lahire, 1995); elaborei uma sociologia disposicionalista e contextualista atenta à pluralidade das experiências de socialização (Lahire, 1998, 2005a, 2012, 2013); desenvolvi o método do retrato sociológico (Lahire, 2002); e trabalhei depois sobre as variações interindividuais e intraindividuais das práticas e das preferências culturais (Lahire, 2004), sobre os processos de criação literária em Franz Kafka (Lahire, 2010) e sobre os sonhos (Lahire, 2018, 2021).

Mas sempre defendi que a sociologia deve, em função das questões que coloca ou dos problemas que pretende resolver, variar a escala de observação e de análise. Aliás, paralelamente a esta sociologia à escala individual, sempre desenvolvi trabalhos à escala dos grupos ou das instituições. É o caso da minha tese sobre o insucesso escolar das crianças das classes populares confrontadas com a cultura escrita (Lahire, 1993, 2021); das minhas investigações sobre a história de um problema público (o “iletrismo”) (Lahire, 1999); sobre as maneiras de estudar das diferentes categorias de estudantes no ensino superior (estudo que se apoiou num grande inquérito nacional junto de 27 000 estudantes) (Lahire, 1997); sobre as condições de vida e de criação dos escritores (Lahire, 2006); sobre as relações entre arte, dominação, magia e sagrado (Lahire, 2015); ou ainda sobre as desigualdades sociais durante a infância (Lahire, 2019).

Não é, portanto, pelo facto de as questões tratadas em *As Estruturas Fundamentais das Sociedades Humanas* se situarem mais claramente no plano da sociologia à escala das sociedades, das grandes relações sociais ou dos grupos, e da história de muito longa duração, que existe uma rutura.

Se há uma mudança significativa (mais do que uma verdadeira rutura), ela é antes de mais de natureza epistemológica. O programa científico que aí desenvolvo é muito mais *realista*. Para o realismo epistemológico, existe uma realidade exterior aos cientistas que é objetivamente estruturada independentemente dos pontos de vista que se adotam sobre ela. No meu livro, as teorias sociológicas ou antropológicas são mencionadas na medida das suas contribuições positivas para o estudo de *factos sociais bem reais* (a hipersocialidade da espécie humana, a produção de artefactos cada vez mais numerosos e diversificados, a cumulatividade cultural que daí decorre, a divisão social do trabalho, as relações de dominação – nomeadamente a dominação masculina –, a família, o mágico-religioso, os conflitos entre sociedades, etc.).

Procedo, neste sentido, à maneira das ciências da matéria ou da vida, mais orientadas para os objetos do mundo real do que obcecadas pelos pontos de vista que permitem estudá-los. Os manuais universitários em ciências humanas e sociais são frequentemente catálogos de *pontos de vista* teóricos considerados inconciliáveis: apresentam “correntes” ou “escolas” teóricas; enquanto os manuais das ciências da matéria e da vida falam *dos factos reais estabelecidos, das entidades descobertas, das estruturas, dos mecanismos ou dos processos desvendados* por cientistas cujos nomes são citados, mas sobre os quais não se insiste particularmente.

A situação atual das ciências humanas e sociais é característica da situação das outras ciências antes de elas se terem tornado verdadeiramente científicas. Antes de Kepler e, sobretudo, de Newton, havia praticamente uma teoria por grande sábio. A primeira teoria-quadro foi conquistada com Newton, o que não impediu os cientistas de se oporem no interior desse paradigma. Mas isso nada tem a ver com a pluralidade teórica num domínio do saber desprovido de teoria-quadro ou de paradigma unificador.

A segunda grande mudança é uma mudança de enquadramento, e mais precisamente um *alargamento* do enquadramento a partir do qual se constroem os objetos de estudo. Nas ciências sociais contemporâneas – sociologia, antropologia, história, ciência política, etc. – o enquadramento habitual é o das relações sociais internas a sociedades historicamente e geograficamente determinadas. Cada investigador é especialista numa área específica dentro de um dado período e de um dado tipo de sociedade. Os investigadores que trabalham sobre a família não estão necessariamente em contacto com aqueles que trabalham sobre arte, educação, política, economia ou religião. E os investigadores que trabalham sobre sociedades pré-estatais formam um mundo distinto daqueles que trabalham sobre sociedades com Estado, assim como aqueles que estudam as sociedades capitalistas modernas geralmente ignoram os trabalhos daqueles que estudam sociedades de caçadores-coletores, sociedades linhageiras, sociedades feudais, etc.

Para combater essa dispersão de conhecimentos causada pela divisão do trabalho científico, preconizo duas grandes mudanças: (1) proceder a comparações intersociedades, levando em consideração sociedades fortemente contrastantes; (2) fazer comparações interespecies. A segunda comparação é, para as ciências sociais contemporâneas, a mais surpreendente, e é sem dúvida aí que me afasto mais da minha primeira vida como sociólogo. Mas não há aqui nada de oposição ou ruptura radical, e utilizei muito em *As Estruturas Fundamentais das Sociedades Humanas* os resultados dos meus trabalhos anteriores.

A.F.C. e J.T.L. – Em *As Estruturas Fundamentais das Sociedades Humanas* defendes que a sociologia tem tido dificuldades em reforçar a sua cientificidade. Para atingir níveis mais avançados de cientificidade, apontas várias vias importantes, nomeadamente: uma maior cumulatividade, uma interdisciplinaridade alargada (às ciências sociais e às ciências biológicas), uma comparação acrescida entre várias sociedades e com várias espécies (comparações “intersociedades” e “interespecies”), a procura de generalizações explicativas, a identificação de “grandes factos antropológicos”, de “linhas de força” e de “leis gerais” das sociedades humanas.

Podes dizer-nos quais são as tuas principais preocupações relativamente às fragilidades de cientificidade na sociologia atual? E quais são, na tua perspetiva, os elementos essenciais que hoje podem contribuir para elevar a cientificidade da sociologia?

Bernard Lahire – Durante muito tempo acreditei que, para se ser “científico” em sociologia, bastava realizar trabalhos teoricamente construídos (com recurso a conceitos), metodologicamente rigorosos e empiricamente fundamentados. Mas isso é o discurso com que, em geral, os investigadores em ciências sociais se tranquilizam quanto à cientificidade da sua produção. Na realidade, a cientificidade supõe evidentemente esses três critérios, mas está também fundamentalmente ligada à questão da cumulatividade científica, que permite responder à seguinte pergunta: o que temos vindo a aprender sobre o funcionamento das sociedades humanas desde que existem ciências sociais?

A cumulatividade científica depende da capacidade de formular leis, mecanismos ou invariantes. Ora, há muito que os sociólogos abandonaram o projeto de formular leis ou mecanismos gerais. Duvidam profundamente da possibilidade real de um progresso científico no seu domínio e negam interesse à identificação de invariantes. Numa tal situação epistemológica, nenhum estudo particular – necessariamente limitado do ponto de vista geográfico e histórico – pode pretender extrair proposições gerais. Como dizia Lévi-Strauss, com desalento, estas ciências parecem condenadas, como as Danaides, a verter interminavelmente monografias num tonel sem fundo, que nunca se enche. O melhor que podem fazer é produzir monografias sérias e detalhadas sobre situações sempre particulares e nunca comparáveis entre si. Mas nunca poderão tirar lições mais gerais.

É contra essa conceção mortífera das ciências sociais que me insurjo. Não me oponho, evidentemente, às monografias. Eu próprio passei mais de trinta anos a produzi-las! Mas é necessário combinar o contributo das monografias com o das sínteses, capazes de extrair recorrências, invariâncias, regularidades e mecanismos gerais a partir desse material monográfico.

Os investigadores em ciências sociais afirmam frequentemente que o que lhes interessa são as variações culturais entre sociedades e épocas, mas o que são essas variações se não conseguimos identificar os eixos invariáveis em torno dos quais elas se desenvolvem? Variações sem invariante, é algo que não tem qualquer sentido científico. Não se trata de variações culturais, mas sim de singularidades culturais sem relação entre si. Quando se diz que o que interessa às ciências sociais são as variações nas formas do sagrado, nos modos de produção económica, nos modos de dominação ou nos sistemas de parentesco, esquece-se de perguntar por que razão o mágico-religioso, o económico, a dominação e o parentesco, entre muitas outras coisas, estão presentes em todas as sociedades humanas conhecidas.

Do meu ponto de vista, a ciência social contemporânea sofre de um excessivo fechamento no presente e de uma inscrição demasiado direta nos desafios políticos do momento. Pretende responder demasiado às urgências da atualidade, às solicitações sociais ou políticas imediatas, e reduz o seu horizonte ao dos jornalistas. Concretamente, o que é notícia na imprensa e nos meios de comunicação social

reflete-se rapidamente nas preocupações dos investigadores. Ao tentarem responder às exigências políticas e, sobretudo, mediáticas, convertem-se numa espécie de “superjornalistas”. Era assim, aliás, que Robert Park, um dos fundadores da Escola de Chicago, definia os sociólogos. Muitos sociólogos, pelo menos em França, também começaram a escrever como jornalistas ou escritores, procurando cativar os leitores, privilegiando formas narrativas-descritivas. Fazer ciência, pelo contrário, implica resistir à ditadura da atualidade, privilegiar questões de fundo e alargar o horizonte do conhecimento.

É aqui que a interdisciplinaridade me parece indispensável. Embora não seja algo de novo em si mesmo. Norbert Elias aliava nos seus trabalhos as contribuições da psicanálise, da história e da sociologia. Parte das suas reflexões epistemológicas baseava-se também num profundo conhecimento da biologia e da física. Do mesmo modo, Pierre Bourdieu rompeu fronteiras entre história, antropologia e sociologia, e introduziu contributos da psicologia piagetiana na definição do conceito-chave da sua teoria da prática, o *habitus*, com os seus esquemas duradouros e transferíveis. O que é novo é o alargamento às disciplinas que estou a introduzir no meu campo de conhecimento como investigador em ciências sociais: a pré-história, a arqueologia, a paleoantropologia, a etologia, a ecologia comportamental e a biologia evolutiva.

A.F.C. e J.T.L. – Qual é a tua posição relativamente ao património científico já acumulado em sociologia? Apesar do teu diagnóstico sobre as fragilidades atuais da sociologia em termos de cientificidade, fazes um uso muito amplo de contributos científicos clássicos e contemporâneos. Podes explicar-nos isso? Qual a importância desse saber acumulado? Quais são também os seus limites e como podem ser ultrapassados?

Bernard Lahire – Agradeço que sublinhem o uso constante que faço, em *As Estruturas Fundamentais das Sociedades Humanas*, de numerosas monografias históricas, sociológicas e antropológicas. Alguns críticos apresentam-me como um detrator do trabalho monográfico, o que não faz qualquer sentido. Digo explicitamente no livro que concebo o meu trabalho como um serviço público prestado a 150 anos de produção científica nas ciências sociais. O que estou a dizer é que devemos basear-nos nas magníficas monografias publicadas, catalogadas e indexadas em todo o mundo para elaborar sínteses e identificar leis, invariantes ou mecanismos gerais.

Isso implica repensar a organização coletiva do trabalho científico, de modo a facilitar as ligações entre os trabalhos especializados e os trabalhos de síntese. O espírito de competição, cujos benefícios são constantemente elogiados por alguns responsáveis políticos e científicos, mostra aqui as suas limitações quando se trata, pelo contrário, de colaborar, trocar ideias e cooperar para fazer avançar o conhecimento. O reconhecimento científico deve, aliás, ser atribuído tanto aos autores de trabalhos especializados notáveis como aos autores de avanços teóricos-sintéticos, pois uns não seriam nada sem os outros. Os sintetizadores-criadores não teriam, por definição, nada para sintetizar se não existissem conhecimentos especializados sólidos, meticulosamente e rigorosamente construídos; e os investigadores

especializados não realizariam trabalhos de tanta qualidade se não dispusessem de quadros paradigmáticos e formulações teóricas que lhes permitissem estruturar as suas observações.

Marc Bloch não dizia coisa diferente quando, num magnífico texto de 1928 sobre a história comparada das sociedades europeias, sublinhava a necessidade de articular “vastas sínteses” e “monografias”, e de produzir conhecimento — de tipo monográfico ou sintético — numa perspetiva cooperativa:

Praticamente, como trabalhar? É evidente que a comparação só terá valor *se se apoiar em estudos factuais, detalhados, críticos e solidamente documentados*. Não é menos evidente que a limitação das forças humanas impede que se sonhe, para as investigações de primeira mão, com quadros geográficos ou cronológicos demasiado vastos. Fatalmente, o trabalho comparativo propriamente dito ficará sempre reservado a uma pequena parte dos historiadores. *Talvez fosse ainda tempo, no entanto, de pensar na sua organização e, nomeadamente, em dar-lhe lugar no ensino universitário*. Não nos iludamos, porém: como os estudos particulares estão ainda, em muitos domínios, muito pouco avançados, ele próprio só poderá progredir muito lentamente. É sempre o velho ditado: anos de análise para um dia de síntese. Mas cita-se demasiadas vezes esta máxima sem lhe acrescentar o corretivo necessário: *a “análise” só será utilizável para a “síntese” se, desde o início, a tiver em vista e se preocupar em servi-la*. *Aos autores de monografias, é preciso repetir que têm o dever de ler o que foi publicado antes deles sobre temas análogos aos seus, não apenas — como todos fazem — no que respeita à sua própria região, nem sequer apenas — como quase todos fazem — relativamente às regiões imediatamente vizinhas, mas também, o que é demasiado frequentemente negligenciado, no caso de sociedades mais distantes, separadas daquelas que estudam por condições políticas ou pela nacionalidade (Bloch, 1928) (sublinhados de B.L.)*

O que parece um pouco desesperante é o facto de quase cem anos mais tarde, esta conceção cooperativa do trabalho científico, assente numa divisão do trabalho bem compreendida, não se ter imposto em todos os sectores do saber, e em particular nas ciências humanas e sociais. Desde Bloch, uma certa moralização e politização da vida científica tornaram mesmo as coisas ainda mais difíceis. Assim, dois pontos do excerto citado não deixariam hoje de suscitar reações indignadas: o primeiro, quando Bloch observa que a síntese será necessariamente obra de uma minoria de investigadores (o que provavelmente lhe valeria uma acusação de elitismo); o segundo, quando afirma que a monografia deve colocar-se ao serviço da síntese (o que poderia ser denunciado como uma atitude de mandarinato ou de senhor que vê os outros como seus escravos). Mas tal leitura distorceria completamente o sentido profundo dos conselhos formulados pelo historiador.

A.F.C. e J.T.L. – Qual é a importância da comparação intersocietal e interespecífica para o avanço do conhecimento sociológico? Em *As Estruturas Fundamentais das Sociedades Humanas* e *Para Uma Ciência Social do Vivo* defendes e recorres amplamente à comparação entre diversas sociedades humanas e à comparação com outras espécies, com vista à obtenção de um conhecimento sociológico fundamental. Trata-se

de uma abordagem interdisciplinar muito mais ampla do que é habitual. Podes explicar-nos brevemente a razão de ser e o modo de utilização desta interdisciplinaridade alargada e desta comparação analítica abrangente, intersocietal e interespecífica?

Bernard Lahire – No que respeita às comparações intersociais, sigo o conselho esclarecido de um dos maiores antropólogos franceses, falecido em 2013, Alain Testart. Ele defendia que se fizesse entrar no campo de reflexão sobre o social o conjunto das sociedades humanas, desde as sociedades de caçadores-coletores móveis, sem riqueza nem Estado, até às sociedades capitalistas, passando pelas sociedades da antiguidade grega e romana, pelas sociedades linhageiras, pela China clássica, pela sociedade feudal, entre outras (Testart, 2021). É o contraste entre todas estas sociedades que permite apreender simultaneamente os invariantes das sociedades humanas e as especificidades de cada grande tipo de sociedade.

Se Testart permaneceu durante muito tempo relativamente isolado nesta abordagem, tal deve-se ao facto de os universos académicos se organizarem dividindo os objetos de estudo em especialidades: os aborígenes da Austrália, são para os antropólogos; as sociedades feudais, a Grécia ou a Roma antigas, são para historiadores de períodos distintos; as sociedades capitalistas, são para os sociólogos, salvo quando se recua às origens do fenómeno. Mesmo os especialistas da China clássica se encontram separados dos restantes historiadores.

Quanto às comparações interespecíficas, estas adquirem todo o seu sentido quando se sabe que não somos a única espécie social. No conjunto do mundo vivo, numerosas espécies constituíram-se em coletivos. É o caso de muitos primatas, mas não apenas: abelhas, formigas, térmitas e vespas vivem, com maior ou menor frequência, em colónias, tal como muitas espécies de aves e de peixes, e a maioria dos mamíferos. Logicamente, a sociologia — ciência do social por excelência — deveria abarcar todas as formas de vida em sociedade e, por conseguinte, não se concentrar exclusivamente na socialidade humana. Na prática, porém, os sociólogos tendem a considerar que apenas os seres humanos são sociais e culturais, relegando o restante reino animal para o domínio do instinto, da natureza e, portanto, da biologia. De resto, aqueles que estudam as sociedades animais não humanas são etólogos ou ecólogos do comportamento, todos eles formados em biologia.

A sociologia, e mais genericamente as ciências sociais, têm uma visão completamente errada da suposta situação excecional da espécie humana. Aquando da fundação da sociologia francesa, um sociólogo chamado Alfred Espinas defendeu uma tese sobre uma socialidade existente em numerosas espécies animais (Espinas, 1877). Mas o seu trabalho não mereceu a atenção de Durkheim e da sua escola. Desde então, a sociologia tem vivido nessa falsa ideia de excecionalidade humana.

Contudo, lendo os estudos sobre as sociedades animais não humanas, verifica-se que estas constituem um quadro em que se desenvolvem fenómenos de transmissão cultural, de cuidados parentais, de divisão do trabalho, de hierarquias, de relações de dominação entre velhos e jovens, e entre machos e fêmeas (por vezes com inversões em que as fêmeas dominam claramente os machos), de conflitos

intergrupais, de ajuda mútua, de caça coletiva, de criação de gado cooperativa e de reconciliação após confrontos, entre muitos outros.

A biologia evolutiva colocou ainda uma questão que os sociólogos praticamente deixaram de formular: por que razão algumas espécies se organizam social e coletivamente, enquanto outras vivem de forma mais solitária? A resposta é que a vida coletiva constitui uma vantagem seletiva importante do ponto de vista da sobrevivência das espécies. Vive-se em grupo porque assim se está muito mais protegido de predadores ou de ataques de outros grupos da mesma espécie.

Em *As Estruturas Fundamentais das Sociedades Humanas*, mostro que uma grande parte das respostas a questões fundamentais colocadas pelas ciências sociais começa a emergir a partir do momento em que se alarga decisivamente o quadro de análise, considerando essas questões a partir da dupla descentração proporcionada pelas comparações intersociais e interespecíficas. Não integro no meu trabalho contributos de múltiplas disciplinas por mero gosto da interdisciplinaridade, até porque isso implica um volume de leituras extremamente exigente. Faço-o porque compreendi que é tendo em conta os conhecimentos produzidos nesses diferentes domínios do saber que se podem resolver enigmas próprios das ciências sociais.

A.F.C. e J.T.L. – Quais são as distinções e as relações entre o social e o biológico, e entre o social e o cultural? Nos teus desenvolvimentos nestas duas obras, desempenha um papel crucial a explicitação de três dimensões distintas das estruturas fundamentais das sociedades humanas — biológica, social e cultural — bem como a análise, não menos crucial, das múltiplas interconexões entre elas. Podes explicar um pouco a distinção entre o social e o cultural e as implicações dessa distinção? E explicar igualmente a importância das interconexões que se estabelecem entre o social e o biológico?

Bernard Lahire – É necessário começar por esclarecer que a biologia não constitui um bloco homogêneo: não se faz biologia molecular ou celular da mesma forma que se faz genética, anatomia, fisiologia ou biologia de uma espécie. Os investigadores em ciências sociais receiam que o interesse pela biologia conduza a explicações genéticas dos comportamentos humanos. Não é de todo isso que faço — e acrescento que tal não faria qualquer sentido.

O que me interessa, por um lado, é todo o saber sociológico acumulado pelos etólogos sobre as espécies sociais não humanas. Trata-se aqui de estruturas sociais, de relações sociais, de comportamentos sociais: social, e apenas social, embora estudado, por força das circunstâncias — isto é, em virtude da divisão do trabalho científico — por não sociólogos.

Por outro lado, para apreender grandes invariantes estruturais, interesse-me pelos traços da história da vida próprios de cada espécie. Esta área da biologia interessa-se pelo modo de reprodução (por partenogénese ou com a colaboração de um macho e de uma fêmea e, nesse caso, com ou sem copulação), pela duração do período reprodutivo (ao longo de todo o ano ou apenas durante períodos mais ou menos longos), pela abundância relativa da descendência produzida em cada postura

ou parto, pelo desenvolvimento ontogenético da espécie — nomeadamente pelo seu ritmo e duração —, pelo modo de desenvolvimento do embrião (ovo externo, ovo interno com gestação, etc.), pela existência ou não de cuidados parentais (e, quando estes existem, pela sua duração), pela longevidade da espécie, entre outros aspetos. Todas estas propriedades biológicas, mais ou menos específicas de cada espécie, têm consequências sociais imediatas. Trata-se de características biológicas, mas indissociavelmente sociais nas suas consequências e implicações.

Dito isto, é possível distinguir claramente o que releva da ordem do biológico, do social e do cultural. O social é uma propriedade emergente do biológico. Só há social em espécies vivas. Durkheim já o afirmava, e Mauss retomou essa ideia, mas muitos sociólogos acabaram por esquecê-la. Pode parecer evidente, mas é importante recordá-lo. Nem todas as espécies animais são sociais, mas uma parte delas é-o, o que se explica, como referi anteriormente, pela vantagem seletiva que a vida em comum representa. No decurso da longa história evolutiva, formas de vida social *emergiram* de modo independente em diferentes categorias taxonómicas do mundo vivo, surgindo progressivamente como resposta a desafios de sobrevivência.

Pode assim dizer-se que nem todo o mundo vivo (estudado pela biologia) é social, mas que uma parte das espécies — entre as quais a espécie humana — o é. As estruturas sociais das espécies estão estreitamente ligadas às consequências dos traços da sua história biológica, que definem as grandes coordenadas em matéria das relações pais-filhos, velhos-jovens, machos-fêmeas, em termos de divisão sexual dos papéis, etc.

Se é necessário distinguir, por outro lado, o “social” do “cultural”, é porque muitas espécies vivas são sociais sem terem desenvolvido uma cumulatividade cultural e processos de transmissão cultural tão ricos como os da nossa espécie. A espécie humana é, assim, simultaneamente uma espécie com propriedades biológicas relativamente singulares, uma espécie social e uma espécie particularmente cultural.

A.F.C. e J.T.L. – Qual é a centralidade da “altricialidade secundária” nas sociedades humanas? Podes dar alguns exemplos das implicações da altricialidade secundária nas sociedades humanas? Nomeadamente, nas relações de cooperação e solidariedade? E nas relações de hierarquia e dominação? Que outros factos antropológicos, linhas de força e leis sociais gerais podem reforçar ou contrariar alguns destes dois tipos de efeitos fundamentais da altricialidade secundária?

Bernard Lahire – A altricialidade secundária é um termo zoológico que designa o lento crescimento extrauterino do bebé humano, que implica um período muito longo de dependência das crianças relativamente aos pais ou, de forma mais ampla, aos adultos que delas cuidam. Concretamente, este período muito prolongado de criação-educação-proteção das crianças, que é produto de uma evolução biológica da nossa espécie, tem consequências sociais imediatas.

A primeira é o facto de os cuidados parentais serem exceccionalmente longos, forçando os adultos da nossa espécie a uma forma marcada de altruísmo, de

doação de si e até de sacrifício. Na história da humanidade, foram antes de mais as mulheres que se dedicaram a esses cuidados. Tal não é surpreendente se recordarmos que, entre os mamíferos, 95% das espécies se caracterizam por cuidados parentais exclusivamente femininos. Este altruísmo materno, ligado à gestação e à amamentação, explica que Darwin tenha podido afirmar que as mulheres foram as primeiras a desenvolver um comportamento civilizado, mais altruísta do que egoísta.

Depois, a extrema dependência dos bebés humanos, particularmente vulneráveis e exigindo atenção e ajuda constantes em termos de proteção, alimentação, vigilância e cuidados diversos, levou os grupos humanos a encontrar soluções coletivas para a criação dos mais pequenos. Sabe-se que, nas sociedades de caçadores-coletores, cerca de uma dúzia ou uma quinzena de pessoas ajudam — mesmo que apenas por alguns minutos numa ou noutra ocasião — a mãe nessa tarefa extenuante (o pai, os irmãos e irmãs mais velhos, as avós, as tias, as primas, as vizinhas). Tudo isto contribui para o reforço dos laços de cooperação. Somos, portanto, uma espécie particularmente altruísta e cooperativa. Esta é, de certo modo, a *face luminosa* da altricialidade secundária.

Mas existe também *uma face mais sombria*, ligada ao facto de as crianças humanas estarem universalmente marcadas por uma relação de dependência em relação aos pais e, portanto, por uma experiência precoce, sistemática e prolongada de dominação na relação com os adultos (pais, professores, educadores, treinadores desportivos, etc.). Os pais protegem, cuidam e alimentam, mas dominam igualmente pela sua força física, maior experiência, maior autonomia e maior conhecimento; são eles que vigiam, punem, sancionam e interditam.

Este esquema relacional teve inúmeras consequências sociais nas relações entre os seres humanos: os mais velhos dominam (e protegem) os mais novos, o que explica que as primeiras sociedades tenham sido gerontocracias — e que tenha levado muito tempo para começar a enfraquecer, sem questioná-la totalmente, essa dominação dos mais velhos (e experientes); os primogénitos dominam os irmãos mais novos, sendo simultaneamente responsáveis por eles; nas sociedades clânicas ou linhageiras, os clãs mais antigos têm vantagem sobre os mais recentes; a dominação masculina — que não se explica diretamente pela altricialidade secundária — traduz-se frequentemente numa relação maior/menor, sénior/júnior, tratando as mulheres como pessoas menores sob proteção masculina; os colonizadores dominaram os colonizados tratando-os como crianças irresponsáveis; os governantes (chefes de tribos, reis, imperadores, dirigentes de democracias ou de regimes autoritários, etc.) apresentam-se como “pais” protetores do povo ou da nação; no plano mágico-religioso, entidades invisíveis e sobrenaturais (espíritos dos antepassados ou da natureza, divindades ou deuses oniscientes e onipotentes), supostamente protetoras, foram imaginadas seguindo o modelo das relações entre pais e filhos, por seres humanos que se sentem paradoxalmente dependentes delas; e, por fim, a relação que os humanos têm mantido com parte das outras espécies foi estruturada pela relação pais-filhos: muitas espécies animais domesticadas são tratadas como dependentes pelos humanos, a ponto de permanecerem toda a sua vida como crianças eternas (e chamadas como “crianças” pelos seus donos em muitas sociedades), dependentes dos seus donos-pais para serem alimentadas, cuidadas, etc.

Segundo o tipo de sociedade, a cultura pode incentivar mais o altruísmo e a cooperação ou incentivar mais a competição e a dominação. Mas todas as sociedades humanas são sempre uma combinação subtil destas duas tendências. Sabe-se, por exemplo, que quando os grupos humanos são numerosos em territórios restritos e os recursos são escassos, isso reforça as tendências belicistas. Houve sociedades historicamente mais guerreiras do que outras — como os Espartanos na Grécia antiga, o Império Mongol no século XIII ou os Vikings nos séculos VIII a XI. E vivemos hoje em sociedades capitalistas onde a competição e a luta de todos contra todos são como que elevadas ao nível de grandes virtudes, minando tanto a economia como a política, tanto o sistema escolar como o mundo da investigação científica.

Tudo isto depende dos equilíbrios de força entre pais e filhos, homens e mulheres, dominantes e dominados, entre a mão esquerda e a mão direita do Estado, bem como das relações entre Estados-nação que, dependendo da época, podem desenvolver a cooperação ou alimentar tensões, rivalidades e conflitos. O estado destes equilíbrios depende do que denominei, em *As Estruturas Fundamentais das Sociedades Humanas*, a “Lei Marx da luta entre grupos ou indivíduos”. Mas uma coisa é certa: não se compreende nada da história das sociedades humanas se não se perceber que, para além das diferenças evidentes, existe um pano de fundo estruturado pela tensão entre altruísmo e egoísmo, ou entre cooperação e competição ou dominação.

Referências bibliográficas

- Bloch, Marc (1928), “Pour une histoire comparée des sociétés européennes” [Para uma história comparada das sociedades europeias], em Marc Bloch (2006), *L'Histoire, la guerre, la résistance* [História, Guerra e Resistência], Paris, Gallimard.
- Costa, António Firmino da, João Teixeira Lopes, e Ana Caetano (orgs.) (2014), *Percursos de Estudantes no Ensino Superior. Fatores e Processos de Sucesso e Insucesso*, Lisboa, Mundos Sociais.
- Espinas, Alfred (1877), *Des sociétés animales. Etude de psychologie comparée* [As Sociedades Animais. Estudo de Psicologia Comparada], Paris, Librairie Germer Baillière et Cie.
- Lahire, Bernard (1993), *Culture écrite et inégalités scolaires. Sociologie de l'« échec scolaire » à l'école primaire* [Cultura Escrita e Desigualdades Escolares. Sociologia do “Insucesso Escolar” na Escola Primária], Lyon, Presses Universitaires de Lyon (2012, 3ª edição, com novo “Prefácio”).
- Lahire, Bernard (1995), *Tableaux de familles. Heurs et malheurs scolaires en milieux populaires* [Quadros Familiares. Sucessos e Fracassos Escolares em Meios Populares], Paris, Gallimard/Seuil, Collection Hautes Etudes.
- Lahire, Bernard (1997), *Les Manières d'étudier* [As Maneiras de Estudar], Paris, La Documentation française, Collection Cahiers de l'OVE.
- Lahire, Bernard (1998), *L'Homme pluriel. Les ressorts de l'action* [O Homem Plural. Os Mecanismos da Ação], Paris, Nathan, Collection Essais & recherches.

- Lahire, Bernard (1999), *L'Invention de l'« illettrisme »*. *Rhétorique publique, éthique et stigmates* [A Invenção do “Iletrismo”. Retórica Pública, Ética e Estigmas], Paris, La Découverte, Coll. Textes à l'appui.
- Lahire, Bernard (2002), *Portraits sociologiques. Dispositions et variations individuelles*, [Retratos Sociológicos. Disposições e Variações Individuais], Paris, Nathan, Collection Essais & recherches.
- Lahire, Bernard (2004), *La Culture des individus. Dissonances culturelles et distinction de soi* [A Cultura dos Indivíduos. Dissonâncias Culturais e Distinção de Si] Paris, La Découverte, Laboratoire des sciences sociales.
- Lahire, Bernard (2005a), *L'Esprit sociologique* [O Espírito Sociológico], Paris, La Découverte, Coll. Laboratoire des sciences sociales.
- Lahire, Bernard (2005b), “Patrimónios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 49, pp. 11-42.
- Lahire, Bernard (2006), *La Condition littéraire. La double vie des écrivains* [A Condição Literária. A Dupla Vida dos Escritores], Paris, Éditions la Découverte, Laboratoire des sciences sociales.
- Lahire, Bernard (2008), “Indivíduo e misturas de géneros: Dissonâncias culturais e distinção de si”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 56, pp. 11-36.
- Lahire, Bernard (2010), *Franz Kafka. Eléments pour une théorie de la création littéraire* [Franz Kafka. Elementos para uma Teoria da Criação Literária] Paris, La Découverte, Laboratoire des sciences sociales.
- Lahire, Bernard (2012), *Monde pluriel. Penser l'unité des sciences sociales* [Mundo Plural. Pensar a Unidade das Ciências Sociais], Paris, Seuil, Couleur des idées.
- Lahire, Bernard (2013), *Dans les plis singuliers du social. Individus, institutions, socialisations* [Nos Vincos Singulares do Social. Indivíduos, Instituições, Socializações], Paris, La Découverte.
- Lahire, Bernard (2015), *Ceci n'est pas qu'un tableau. Essai sur l'art, la domination, la magie et le sacré* [Isto Não É Apenas um Quadro. Ensaio sobre Arte, Dominação, Magia e Sagrado], Paris, La Découverte, Laboratoire des sciences sociales.
- Lahire, Bernard (2018), *L'Interprétation sociologique des rêves* [A Interpretação Sociológica dos Sonhos], Paris, La Découverte, Laboratoire des sciences sociales.
- Lahire, Bernard (2019), *Enfances de classe. De l'inégalité parmi les enfants* (sous la dir. de Bernard Lahire) [Infâncias de Classe. A Igualdade entre as Crianças], Paris, Le Seuil.
- Lahire, Bernard (2021), *La Part rêvée. L'interprétation sociologique des rêves. 2* [A Parte Sonhada. A Interpretação Sociológica dos Sonhos, 2], Paris, La Découverte, Laboratoire des sciences sociales.
- Lahire, Bernard (2023), *Les structures fondamentales des sociétés humaines* [As Estruturas Fundamentais das Sociedades Humanas], Paris, La Découverte, Sciences sociales du vivant.
- Lahire, Bernard (2025), *Vers une science sociale du vivant* [Para Uma Ciência Social do Vivo], Paris, La Découverte.
- Lahire, Bernard (2026), *Homo Socius e as Leis das Sociedades Humanas*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

- Lopes, João Teixeira (org.) (2012), *Registos do Actor Plural. Bernard Lahire na Sociologia Portuguesa*, Porto, Afrontamento.
- Lopes, João Teixeira, e António Firmino da Costa (2025), “ Em busca das estruturas fundamentais da vida humana: entrevista a Bernard Lahire”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. LIII, pp. 195-207.
- Testart, Alain (2021), *Principes de sociologie générale, Volume I – Rapports sociaux fondamentaux et formes de dépendance* [Princípios de Sociologia Geral. Volume I – Relações Sociais Fundamentais e Formas de Dependência], Paris, CNRS Editions (texto estabelecido por Valérie Lécrivain et Marc Joly).

António Firmino da Costa. Professor Catedrático Emérito do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal. Investigador do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte).
E-mail: antonio.costa@iscte-iul.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3413-8919>.
Contribuições: conceptualização, investigação, redação do original, revisão e edição.

João Teixeira Lopes. Professor Catedrático do Departamento de Sociologia, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal. Investigador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.
E-mail: jlopes@letras.up.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6891-7411>.
Contribuições: conceptualização, investigação, redação do original, revisão e edição.

Receção: 22/12/2025 Aprovação: 14/01/2026